

ROMANCE E INTEPRETAÇÃO NACIONAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DO CONCEITO DE “HISTÓRIA LENTA” NUMA LEITURA DE *INCIDENTE EM ANTARES*

NOVEL AND NATIONAL INTERPRETATION IN BRAZIL: THE CONTRIBUTION OF “SLOW HISTORY” CONCEPT IN AN *INCIDENTE EM ANTARES* READING

Pedro Dolabela Chagas⁷⁴
Heloisa Krüger Barreto⁷⁵

RESUMO: Os ensaios de interpretação nacional e o romance brasileiro como sismógrafos das mudanças sociais e políticas do Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Proposição do conceito de “história lenta”, cunhado por José de Souza Martins, como síntese ou “tipo ideal” (na acepção weberiana do termo) de uma nova sensibilidade interpretativa da história nacional, orientada para a detecção de preservação de arcaísmos em processos de modernização. Identificação dessa atribuição de lentidão à história do Brasil na ensaística brasileira dos anos 1960 e 1970 (R. Faoro, F. Fernandes, F. H. Cardoso, entre outros), em seus diagnósticos sobre o processo de modernização conservadora em curso. Análise de *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo (1971), sob esse mesmo prisma: a sua representação das implicações da formação nacional brasileira sobre o presente e o futuro político do país, mediante a observação de condições atuantes na longa duração histórica, que freiam a nossa modernização ao preservarem arcaísmos em nossos processos de transição. O romance de Veríssimo é tomado como estudo de caso da afinidade do romance brasileiro com o conceito de “história lenta”, indicando-se, ao final do artigo, a potencial fecundidade daquele conceito para a historiografia do nosso romance desde a década de 1960.

PALAVRAS-CHAVE: romance brasileiro; literatura e interpretação nacional; *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo; conceito de “história lenta”, de José de Souza Martins.

ABSTRACT: The essays of national interpretation and the Brazilian novel as seismographs of the social and political changes happening in 1960s’ and 1970s’ Brazil. The proposition of the concept of “slow history”, coined by José de Souza Martins, as a synthesis or “ideal type” (in the Weberian definition of the term) of a new interpretative sensibility about our national history, focused on the archaisms preserved throughout its modernizing processes. The identification of this attribution of slowness to Brazilian history in essays from the 1960s and 70s (by R. Faoro, F. Fernandes, F. H. Cardoso, among others), with their views about the current process of conservative change. Analysis of *Incident in Antares*, by Érico Veríssimo (1971), in this same light: the way it represents the implications of the Brazilian national formation on the present and the political future of the country, by identifying longstanding conditions that hamper our modernization by preserving archaisms within transition

⁷⁴ Doutor em Literatura Comparada e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). dolabelachagas@gmail.com

⁷⁵ Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) helokb@gmail.com

processes. Veríssimo's work as a case study of the affinity of the Brazilian novel with the concept of "slow history", with the indication, at the end of the article, of that concept's potential fecundity for the historiography of our novel since the 60's.

KEY-WORDS: Brazilian novel; literature and national interpretation; Érico Veríssimo's *Incidente em Antares*; José de Souza Martins's concept of "slow history".

Como sismógrafos em ação contínua, o romance e as ciências sociais são sensíveis aos movimentos de mudança social e política no Brasil, movimentos que eles indicam de maneiras distintas, mas potencialmente convergentes. Uma clara manifestação dessa convergência aparece nas páginas iniciais de *Incidente em Antares*, com suas remissões à terminologia analítica consagrada pela ensaística da primeira metade do século XX: o "mandonismo" nas relações locais de poder, a conciliação como modo preferencial de gestão dos conflitos, o "patrimonialismo" e o "coronelismo" da política personalista, o "patriarcalismo" das relações familiares, a religiosidade movida pela promoção da imagem pública do religioso, mas desprovida de teologia e da experiência do mistério... Termos importantes para o pensamento social brasileiro eram mobilizados pelo narrador de Érico Veríssimo, que descrevia o país cristalizado no século XIX, da perspectiva de 1971, ano de publicação do livro. Essa datação – 1971 – é central neste artigo, dedicado a observar como o giro pela história de *Incidente em Antares* tinha forte afinidade com certa interpretação da formação social e política do Brasil que, naquele momento, se dedicava a compreender as formas de continuação do passado no presente nacional. Da perspectiva sincrônica parecia que a nossa modernização fora arcaizante; tudo mudara em seu fluxo, mas tudo continuava igual. Uma visão lampedusiana da história brasileira começava a emergir: descrevê-la em seus traços gerais, para daí sugerir a sua longa permanência no tempo, é o objetivo global deste artigo.

Situemos o quadro geral. Ensaios de interpretação nacional têm uma longa tradição no Brasil, influenciando o modo como o país é pensado e descrito, em vários campos discursivos – incluindo a literatura. Soma-se a isso que, desde o século XIX, o romance brasileiro frequentemente se dedica à mesma missão daquela ensaística: interpretar o país. Desse plano geral estabelecemos o recorte histórico pontual deste artigo: as mudanças de tom e conteúdo na interpretação nacional posterior ao golpe militar de 1964, que desviou sociólogos, historiadores, economistas, artistas e escritores do otimismo difuso da década anterior. Ideias, projetos, utopias de Brasil idealizadas nos anos 1950 pareciam subitamente ruir, enquanto uma pergunta urgente se impunha: ao contrário do que previra as teorias do liberalismo clássico, por que a nossa modernização econômica não fora acompanhada da democratização política, como progressivamente ocorrera nas nações centrais do Atlântico Norte desde o século XIX? A pergunta foi colocada por Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Oliveira, Roberto Schwarz: por que entre nós o processo de modernização da produção

industrial, do transporte, da comunicação, do debate intelectual e da produção cultural, iniciado décadas antes, desembocara no autoritarismo ao invés de impulsionar o amadurecimento das instituições representativas (em conjunto com o melhoramento social)? Por que, como na Sicília de Tomasi di Lampedusa, as mudanças abrigavam e mascaravam a permanência do mesmo?

Diante desse choque de expectativas, ficções e ensaios buscaram reinterpretar o Brasil. A-sistemática, a literatura detectaria humores e imagens em formação, percepções emergentes sobre a realidade social, anseios, angústias e dúvidas disseminadas, mas que ainda não tinham articulação clara. Mesmo assim a hipótese deste artigo é que, cada qual à sua maneira, os dois tipos de discurso desembocaram numa visão convergente sobre o Brasil, que seguiria, a partir daí, atuante até o presente: trata-se da descrição de um país preso no passado, atolado na inércia, teimoso e vagaroso em suas mudanças internas. No pensamento social essa descrição não recebeu uma única formulação, e por isso proporemos aqui uma síntese de traços comuns, identificados num quadro diversificado de proposições publicadas entre finais dos anos 1950 e o começo dos anos 1970; para induzir um conceito comum desses traços semelhantes, recorreremos ao conceito de “história lenta”, de José de Souza Martins (1994).

Chamamos atenção para esta estratégia metodológica. Da maneira como o utilizamos neste artigo, aquele conceito terá uma função instrumental, na condição de recurso metodológico afim ao que Max Weber chamaria de “tipo ideal”: trataremos o conceito de “história lenta” como um construto heurístico, um instrumento proposto para nos auxiliar a documentar as regularidades de um determinado fenômeno social – no caso, a descrição do processo histórico corrente, em seus fundamentos de “longa duração”. Veremos que essa compreensão da história era o que o próprio José de Souza Martins tinha em mente ao cunhar o conceito, justificando a sua escolha para nomearmos o “tipo ideal” cuja formação inicial nós localizamos entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1970. Mas o que importa, nesta apresentação da nossa metodologia de trabalho, é indicar que não o utilizamos com a intenção de reproduzir elementos do mundo exterior, nem de traduzir, numa síntese redutora, a variedade de interpretações do Brasil que passaremos a comentar. A formulação do conceito ocorre “mediante um exagero consciente das características essenciais do padrão de ação que interessa ao pesquisador”, e mediante a “síntese dessas orientações características em um conceito unificado e rigoroso do ponto de vista lógico”. (KASPERG, 2010, p. 41) Ou então, nas palavras do próprio Weber:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar

um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia (...) Ora, desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre as funções específicas que dele se esperam, em benefício da investigação e da representação. (WEBER, 2003, p. 106)

Não sugerimos, portanto, que o pensamento social aqui analisado foi homogêneo em suas interpretações do Brasil: pelo contrário, explicitamos que a semelhança advém da nossa seleção intencional de algumas das suas características salientes, originalmente presentes de diferentes maneiras e em diferentes graus em cada ensaio comentado. É como “tipo ideal” que a noção de “história lenta” será, neste artigo, proposta como matriz descritiva de uma nova relação do romance brasileiro com o passado e o futuro nacional, pressupondo-se que romances e ensaios sugeriam novos modos de interpretação de uma realidade social que eles afirmavam como real. No caso do romance, conferia apelo retórico às suas representações a verossimilhança que elas alcançavam na descrição de personagens, lugares e contextos, e especialmente na atribuição de valores morais e políticos aos acontecimentos do enredo: tal viés valorativo adquiria verossimilhança no diálogo com outras representações contemporâneas do real; bakhtinianamente, entendemos que é na mediação com os juízos e atributos de fato colocados por outros gêneros discursivos que o romance remete ao mundo atual. Daí a contribuição potencial das ciências sociais: se estava em curso uma mudança na interpretação do país, e se romancistas dialogavam com os discursos emergentes que lhes pareciam mais salientes e influentes no tratamento dos seus temas de interesse, é de supor que o romancista brasileiro interessado na interpretação nacional cotejasse e processasse um espectro de informações similar ou isonômico àquele que o cientista social tomava como objeto de pesquisa. Não se trata de postular que o autor aqui analisado – Érico Veríssimo – lesse especificamente o ensaísmo aqui comentado, pois o que os unia era o esforço de responder a problemas recentemente intuídos, e dispersamente articulados no campo aberto das trocas discursivas – na imprensa, na discussão acadêmica, na oratória política, nas manifestações artísticas...

Acreditamos que é assim que, dentro de certo recorte temporal, a comparação com a ensaística pode iluminar a história do romance no Brasil, indicando preocupações e soluções comuns em um e outro gênero. Nos limites deste artigo, o recorte temporal é situado entre finais dos anos 1950 e meados dos anos 1970, o conceito é o de “história lenta” (compreendido como “tipo ideal” weberiano), o romance é *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo. Esses são os recortes propostos para o tratamento inicial de uma hipótese que aqui será apenas colocada: a relevância do conceito de “história lenta”, conforme aqui definido, como chave interpretativa da relação do romance com a história do Brasil, ao longo das últimas décadas. O romance escolhido para análise foi um clássico instantâneo que, em seu momento de lançamento, oferecia uma

espécie de enciclopédia das contradições da modernização brasileira desde o século XIX, desembocando na crítica do presente. Ele é um bom campo de teste para avaliar a pertinência tanto da hipótese apresentada, quanto da aplicação do conceito “história lenta” para a análise de obras posteriores. Essa relevância do conceito para a produção posterior aparecerá apenas como sugestão para uma investigação futura, indicando-se, em todo caso, um pequeno *corpus* pelo qual se poderia iniciá-la.

A seguir discutiremos o conceito, para depois analisarmos mais longamente a obra selecionada. O objetivo é consolidar, num “tipo ideal”, a síntese visada da sensibilidade historiográfica emergente nos anos 1960, para depois analisar as suas instâncias de manifestação na obra de Veríssimo. Tudo dando certo, teremos formalizado um conceito que, representante de uma nova percepção do Brasil pela literatura e pelo pensamento social, pode ter um poder analítico extenso ao descrever a maneira como a história nacional é interpretada numa porção importante da produção romanesca posterior. Como foi antecipado, analisaremos uma única obra, para ao final do percurso sugerirmos a extensão do poder descritivo do conceito de “história lenta” – não há espaço para fundamentar empiricamente a hipótese, mas lançaremos a ideia, de toda maneira.

“HISTÓRIA LENTA”

O Brasil das décadas de 1960 e 1970 não era mais o mesmo. Transformações demográficas, sociais e culturais foram marcantes, em meio a um processo ambicioso de modernização econômica que, no entanto, nos levou a um retrocesso político: ao invés de cumprirmos a profecia liberal e conciliarmos a liberdade de iniciativa econômica com o aumento das liberdades individuais, tínhamos uma ditadura militar mantenedora de arcaísmos sociais e políticos. Essa aparente contradição estimularia novas interpretações do passado nacional e novas antevisões do futuro, em meio às tensões do presente.

O otimismo despertado pela redemocratização de 1945 se perdera. As utopias do modernismo artístico e arquitetônico dos anos 1950, a Constituição democrática de 1946, a construção de Brasília, o ISEB e as promessas do nacional-desenvolvimentismo, o CEPAL e a construção do futuro fundamentada na crítica da nossa formação histórica: com o golpe militar de 64, parecia que possibilidades ainda recentemente plausíveis se haviam fechado. A imaginação do futuro mudou drasticamente, levando a uma notável mudança de tom no pensamento social, que se estenderia nas décadas seguintes: sob a inspiração de José de Souza Martins (1994), sintetizaremos essa mudança no conceito de “história lenta”, no qual agregaremos diversas diferentes entre si, mas convergentes em pontos importantes.

Pensemos no conjunto heterogêneo, e temporalmente dilatado, constituído pelo Florestan Fernandes de *A revolução burguesa no Brasil*, pelo Raymundo Faoro de *Os donos do poder*, pelo Luís Werneck Vianna de *A revolução passiva*, pela parceria de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ao invés de organizar a interpretação nacional pela polarização entre “atraso” e “desenvolvimento” (ou “modernização”), todos eles – com suas diferenças e particularidades – passaram a propor que o atraso era inerente à modernização brasileira. Nossos processos históricos teriam um viés conservador, tradicionalmente dirigidos por movimentos de conciliação nas elites, em detrimento dos interesses majoritários: até mesmo as mudanças provocadas pelas nossas “revoluções” preservavam privilégios e arcaísmos.

Em *A Revolução Burguesa no Brasil* (iniciado nos anos 60, mas publicado em 1975), Florestan Fernandes refletia sobre a natureza da nossa revolução burguesa mediante a comparação com revoluções burguesas da Europa: se lá a burguesia fora um elemento desestabilizador da ordem tradicional, que ela tivera que combater para impor a sua própria ordem ao futuro nacional, entre nós a vanguarda econômica e o estamento político tendem a buscar o caminho da conciliação. As forças econômicas se acomodam ao mando tradicional, numa aliança conveniente de interesses, e por isso as revoluções existem apenas na aparência, pois nenhuma mudança de fato revolucionária transcorre no campo político:

As análises de Florestan sobre a constituição da moderna sociedade de classes no Brasil trataram, exatamente, dos impasses inerentes a um processo de modernização sem vigor para superar o legado do passado, a fraqueza do moderno acabou por bafejar a tradição com um sopro de vida, quando a ela se combinou. (BOTELHO e SCHWARCZ, 2009, p.316)

Quanto às teorias da dependência, elas teriam um objeto mais amplo: analisar as contradições dos processos de modernização dos países latino-americanos, entre os quais o Brasil era um estudo de caso. Mas isso não diminuía o interesse pelo país: em reação às teorias etapistas e funcionalistas do desenvolvimento desenvolvidas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1967) Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto indicavam a coexistência, ou melhor, a fundação da modernização brasileira em estruturas tradicionais de dominação. Eles tomavam como índice de subdesenvolvimento a dependência econômica dos países latino-americanos do mercado mundial, mas isso era apenas metade da equação: internamente, em cada país a posição dependente era espelhada em hierarquias internas, e arcaicas, de integração entre a política e a economia. Aos empresários nacionais interessava a posição dependente, desde que ela lhes assegurasse a sua perpetuação no topo da hierarquia social: eles não estariam dispostos a atuar como uma força de fato

modernizadora, pois eles não apenas eram parte do *statu quo*, como a porção subdesenvolvida do Brasil provia condições suficientes para os modos de produção estabelecidos. Era enganoso, portanto, pensar que o subdesenvolvimento era uma mera etapa a ser superada em direção do desenvolvimento, pois ele era causa e consequência da nossa modernização – uma modernização que tinha na desigualdade uma condição de possibilidade, e perpetuava essa desigualdade nos resultados dos seus processos. Relações globais e internas de dependência se alimentavam reciprocamente de maneira estrutural, portanto, num quadro sem possibilidades de reversão à vista.

Retrospectivamente, é possível que Raymundo Faoro tenha sido o patrono desse modo interpretativo. Faoro indicava que a natureza patrimonial do Estado brasileiro e a afinidade desse patrimonialismo com o autoritarismo político eram características tradicionais e arraigadas da nossa formação nacional, oriundas de um distante século XIV português. Tal proposição foi formulada em meio ao otimismo dos anos 50 – *Os donos do poder* foi publicado em 1958 –, mas apenas a sua segunda edição (revista e ampliada), de 1975, ganharia grande repercussão. Em meados dos anos 70, num período sombrio de uma ditadura que já durava muito tempo e parecia que iria durar indefinidamente, a obra parecia explicar os traumas da história recente ao revolver as condições da nossa formação nacional. Em seu arsenal analítico o autor diferenciava a modernidade da modernização: essa última seria uma intervenção feita “do alto”, por “coação”, “uma política de mudança, confirmando o cerne do sistema de poder” (BOTELHO e SCHWARCZ, 2009, p. 376); ao ser movida pelas elites tradicionais, no Brasil toda modernização, como processo planejado, pressupõe a conservação das elites que a haviam promovido, no presente e desde sempre.

Para descrever o sentido predominante nos processos históricos nacionais, essa nova imaginação sociológica traria categorias analíticas como a “contrarrevolução permanente”, as “costuras pelo alto”, a “revolução passiva”, a “revolução burguesa”, o “desenvolvimento dependente”. Em comum essas expressões expunham as contradições dos nossos processos de modernização ao longo da história, neles identificando uma temporalidade morosa, uma história “sempre por fazer” que caracteriza, para o sociólogo José de Souza Martins, uma sociedade de “história lenta”. Tal como os autores que viemos comentando, Martins identifica a morosidade dos nossos processos históricos nos arcaísmos que eles sempre tendem a preservar:

Uma **sociologia da história lenta** permite descobrir, e integrar na interpretação, estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É a sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. (MARTINS, 1994, p. 14, grifo do autor)

Publicada em 1994, a obra de Martins – intitulada *O Poder de atraso – ensaios de sociologia da história lenta* – atesta a longevidade da sensibilidade historiográfica inaugurada nos anos 60. Ele se mostrava herdeiro de um modo de interpretação nacional já tradicionalizado, ao desdobrar a compreensão de que a peculiaridade da sociedade brasileira estava nas “persistências” identificadas em seus processos históricos: Martins diagnosticava fatores que em outras sociedades haviam motivado transformações permanentes e profundas, para concluir que, no Brasil, as mudanças tendem a ser assimiladas e integradas a um sistema político arcaico. Esse tipo de processo seria favorecido pela diluição da sociedade civil num Estado dominado por oligarquias e relações de clientelismo: ao se deixarem cooptar pelo Estado, mesmo os movimentos de contestação social tendem, involuntariamente, a reforçar a “lentidão da história”. Tudo somado, tem-se o “uso conservador do moderno”: a apropriação da modernização para a preservação do arcaico.

Visões semelhantes seriam encontradas em Francisco de Oliveira (1972), Luiz Werneck Vianna (1997), Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez (2015), Heloisa Starling e Lilia Schwarcz (2015 e 2019), sugerindo um padrão interpretativo de longa duração: por isso sugerimos o termo “história lenta”, inicialmente proposto por Martins, como síntese integradora das proposições que, abrangendo um campo longo e diversificado de produção intelectual, tiveram as suas origens na virada dos anos 60, com forte presença a partir do golpe de 64. Feito esse resgate, propomos que as origens e os efeitos dessa sensibilidade interpretativa não se limitaram às ciências sociais, pois a literatura – entre outras formas discursivas – também participou do seu processo de constituição e disseminação. Em meio as incertezas daquele período, também o romance sismografava a revolução conservadora em curso: *Incidente em Antares* é um bom exemplo disso. Nas páginas a seguir, a intenção não é argumentar que Érico Veríssimo recorreu a categorias formuladas pelo pensamento social para compor a sua obra, ou que ele reproduzia nela o Brasil real. O argumento é que, ao ficcionalizar processos históricos recentes no cenário de angústias posterior ao golpe militar, ele integrou ativamente a consolidação daquela nova sensibilidade interpretativa. Como ficcionista, ele não se importava em oferecer formulações conceituais precisas sobre o Brasil que ele ficcionalizava, mas a sua integração ao trabalho de reinterpretação do país sugere a fertilidade da comparação da sua obra com o pensamento social contemporâneo. Vejamos como isso pode ser feito.

INCIDENTE EM ANTARES: UMA ARQUEOLOGIA DO GOLPE

“Num país totalitário este livro seria proibido”: esta epígrafe reprisa a propaganda de lançamento da obra de Veríssimo em 1971, sob a vigência da ditadura militar e do decreto de censura prévia a livros e periódicos (Decreto Lei n.1.077/70). A frase foi impressa e distribuída por todo o país em um

cartaz preto com o fac-símile da capa, afirmando que o país não era totalitário. Mas o que isso significava, exatamente? Aquém do totalitarismo muito autoritarismo ainda era possível, e o seu leitor entenderia que a obra não aliviava a crítica ao regime: a campanha de lançamento trazia uma ironia velada.

Incidente em Antares foi um sucesso editorial. Quinze mil exemplares foram vendidos no lançamento e outros cinco mil na semana seguinte; foi uma das quatro obras mais vendidas no Brasil entre novembro de 1971 e o início de 1972. Ela satirizava a história do país e zombava do autoritarismo corrente; para tanto, o autor construía um amplo painel histórico, em diálogo constante com interpretações tradicionais do Brasil.

Já na primeira página encontramos pistas de onde encontrar a “lentidão da história” nessa composição. A narrativa inicia falando sobre o tempo, sobre buscas arqueológicas, eras geológicas, animais em extinção, a criação do *homo sapiens*, para desembocar numa cidade que, de tão pequena, seria omitida do mapa do Brasil. Nesse lugarejo perdido na fronteira com a Argentina transcorre toda a ação, mas ao apresentar o lugar e os seus habitantes a narração se inicia na história da fundação de Antares no século XIX, apenas bem mais tarde chegando ao “incidente” que dá título à obra, ocorrido no dia 13 de dezembro de 1963 – quando a cidade, paralisada pela greve geral convocada por uma central sindical, veria, aterrorizada, os defuntos voltarem à praça para exigir o próprio enterro. A narração do incidente vem na segunda parte da obra; no início, o primeiro morador do lugar ainda conhecido como “Povinho da Caveira” é apresentado pelo olhar estrangeiro de um naturalista francês e de um jesuíta argentino: trata-se de Francisco Vacariano, proprietário de terras caracterizado pelo seu “ar autoritário, (...) habituado a dar ordens e a ser obedecido” (VERÍSSIMO, 2016, p.18). Ele tivera vários filhos (“ilegítimos”) com as índias locais, mas noivara a filha de um estancieiro rico; através de “excertos de documentos” e “cartas históricas”, vamos conhecendo a progressão do seu domínio político, baseado na confluência entre a posse de terras e o puro mandonismo.

A “autoridade suprema” do coronel Vacariano seria abalada em 1860, quando o criador de gado Anacleto Campolargo compra terras na região. Surge ali o primeiro grande conflito da obra, que se prolongaria por décadas: o antagonismo entre as famílias Vacariano e Campolargo, uma disputa pelo poder local narrada em sincronia com a história nacional. Eventos históricos se misturam ao conflito entre os clãs: a Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão, a Revolução Federalista, a Proclamação da República. Assim, mesmo que as rivalidades locais fossem turbinadas por questões pessoais, elas eram perpassadas por questões políticas e econômicas que refletiam os desdobramentos da história regional e nacional sincrônica.

Estruturalmente a obra é dividida em duas partes, “Antares” e “O Incidente”. Ocupando pouco mais de um terço do volume total da narrativa, a

primeira percorre 130 anos de história gaúcha, e logo brasileira, saindo da fundação da vila em 1830 para chegar ao plebiscito que restauraria o presidencialismo em janeiro de 1963. O tom da narração gira entre o historiográfico e o memorialístico, mas a certa altura ela inclui outra fonte de conhecimento sobre Antares: o estudo sociológico intitulado “Anatomia duma cidade gaúcha de fronteira”, realizado, já na década de 1960, por uma equipe de professores e alunos sob a coordenação do professor Martim Francisco Terra, da UFRGS, com financiamento da Fundação Ford. O estudante Xisto Vacariano Neto, um dos herdeiros do clã e orientando do professor Terra, participa da escolha da cidade como objeto da pesquisa.

Na segunda parte, bem maior que a primeira, Antares é tomada pela greve geral. Os coveiros a integram e os sete mortos do dia não são enterrados: Barcelona, um sapateiro anarquista, o músico Menandro Olinda, a prostituta Erotildes, o operário João da Paz (torturado pela polícia), Pudim de Cachaça, notório beerrão, Dr. Cícero Branco, o advogado corrupto da Prefeitura, e D. Quitéria, matriarca dos Campolargo. Os insepultos saem do cemitério e caminham para a cidade, aterrorizando a todos com o seu mau cheiro, a sua podridão, e também com a promessa de revelar a hipocrisias da “alta sociedade” caso eles não fossem logo enterrados. Forma-se uma espécie de “auto” no coreto da praça, com os mortos insepultos, liderados pelo Dr. Cícero, no papel de promotores de acusação da elite antarense. Começa o julgamento, em seu tom moralizador: os mortos descortinam atos de corrupção, traições, torturas cometidas pelo delegado Inocêncio Pigarço, entre outras coisas. Nesse ponto aparecem figuras novas no enredo, como o grupo de estudantes mascarados que, de cima das árvores, atua como um coro em apoio ao auto, ovacionando as acusações: após o juízo histórico do Brasil desenvolvido na primeira parte da obra, na segunda predominam as críticas à hipocrisia da nossa vida social.

Mesmo quando os mortos retornam aos seus caixões a inquietação da população permanece. Muita coisa fora exposta e o mal-estar é visível; a cúpula política e social de Antares se reúne para decidir o que fazer. Eles arquitetam um plano para apagar o incidente da memória coletiva, a chamada “Operação Borracha”. O plano é bem sucedido e o incidente é esquecido, “ou então [Antares] sabe fingir muito bem” (VERÍSSIMO, 2016, p.488). Os dois últimos capítulos relatam a prosperidade da cidade sete anos depois do incidente, numa elipse que salta a 1970 e à euforia do “milagre econômico”. Relatam-se a ordem e a pacificação geral pela revolução vitoriosa – com a perseguição ao sindicalista Geminiano Ramos, o fechamento dos bares “comunistas”, a promoção do delegado torturador, a exoneração do professor Martim. O novo regime saíra vitorioso, até que a última página fala da morte de um estudante pela polícia, no exato momento em que ele escrevia num muro a palavra “liberdade”. Um sopro de esperança é depositado na vaga possibilidade de uma insurgência bem-sucedida num futuro adiado: decerto

era uma esperança mínima, mas talvez o máximo de esperança possível no presente histórico.

Ao final, percebe-se que o romance de Veríssimo buscara no passado explicações para o presente, partindo da primeira metade do século XIX, percorrendo (às vezes em detalhe) os grandes eixos de movimentação da história nacional, fazendo uma espécie de arqueologia do golpe de 64, para chegar ao quadro do “milagre econômico” do seu momento de publicação – num espírito semelhante ao do Raymundo Faoro que viajara à ascensão da Casa de Avis, em 1385, para entender o Brasil contemporâneo. Ao longo de *Incidente em Antares* a História – sempre registrada com letra maiúscula – é tão ou mais importante que as características pessoais e a vida mental dos personagens. Especialmente a primeira parte é narrada num tom historiográfico, pontuado por discursos que vivificam e dão autenticidade à construção daquele mundo ficcional: excertos de cartas, diários, artigos científicos. As relações interpessoais mais decisivas se desenvolvem em contextos social e politicamente determinados: influência e dominação são empregadas para alcançar vantagens econômicas, status, sexo. Muito da construção dos personagens é formada com recurso a arquétipos sociais: eles são oligarcas, padres, prostitutas, estudantes, professores, grevistas, advogados, juízes, chefes políticos. Em suma, para dar familiaridade ao Brasil ficcionalizado a narração recorria a informações amplamente compartilhadas sobre o país – estereótipos, interpretações tradicionais, ideologias, crenças –, que aparecem mesmo em meio a eventos fantásticos e sobrenaturais.

Retomando os interesses deste artigo, que tipos de interpretação nacional são explorados na obra? Acompanhemos a cronologia da história em *Antares*. O século XX chega à cidade trazendo mudanças, na esteira da proclamação da República e da abolição da escravidão. Especialmente nos anos 20 o “progresso” impactaria o lugar: estrada de ferro, luz elétrica, carros importados, rádio, bailes e novidades culturais, filhos de velhos oligarcas se sofisticando, saraus de poemas modernistas – na “era do jazz”, *Antares* se integrava ao mundo contemporâneo. Mas as coisas não mudavam sem resistência; os dois patriarcas se obstinavam em conservar velhos hábitos,

[relutando] em aceitar a ideia de que já não eram os senhores absolutos e discricionários dentro de seus feudos. As gerações novas rebelavam-se contra as ideias dos seus maiores em matéria de costumes e rituais domésticos. (...) Assim, ao findar a década de 20 os dois senhores de *Antares* pareciam-se um pouco com os gliptodontes e os megatérios no fim do Pleistoceno, isto é, eram dois representantes de espécies animais em processo de extinção. (VERÍSSIMO, 2016, p. 46).

Não por acaso, naquela altura acabaria o conflito de sete décadas entre os Vacariano e os Campolargo. Em 1925 Getúlio Vargas chega a *Antares* e marca uma reunião para promover a conciliação, unindo forças em seu projeto

de união nacional contra a “política do café om leite”. Na obra de Veríssimo, Getúlio fala com bom humor: “quem governa o Brasil são ora os mineiros ora os paulistas – não é justo que o chimarrão tenha também a sua vez?” (VERÍSSIMO, 2016, p.49) Nessa suspensão do velho conflito oligárquico encerra-se a era iniciada em 1860; simbolicamente, após o acordo os dois coronéis morreriam e Antares entraria em uma nova era: o seu “Eoceno Político”. Agora os herdeiros do mando local são Tibério Vacariano e Zózimo Campolargo, que preservariam o tratado de paz e manteriam uma boa relação. O sentido da mudança era claro: a história regional do Rio Grande do Sul – ou de qualquer outro estado da Federação – se havia encerrado, dando início a uma história nacionalizada que unificava as diferentes porções do território, incluindo seus rincões perdidos – como Antares.

Por vias tortuosas (como a história registra), a estratégia daria certo e Getúlio seria eleito. Com o fim da República Velha o papel dos coronéis mudaria; após a centralização do poder estatal na capital da República eles teriam que aprender outro jogo. Mas Tibério podia cobrar as contas do favor prestado a Getúlio pelo seu apoio eleitoral, incluindo a fraude nas eleições locais. Ele transfere o seu balcão de negócios para o Rio de Janeiro e passa a traficar influência sob o beneplácito do presidente (Antares era vizinha a São Borja, terra de Getúlio). Tudo seguiria bem por um bom tempo, até uma nova crise se apresentar. Em meados dos anos 40 o Estado Novo estava com os dias contados e todos pressentiam a sua queda; Tibério não espera o barco afundar e abandona Getúlio – apostando que ele nunca retornaria ao poder.

Nada poderia estar mais errado. Getúlio nunca de fato abandonaria o poder e os leitores da obra sabiam o fim da estória: ele retorna ao comando, mas não se esquece da traição de Tibério, que é reduzido à obsolescência na capital federal. A obra daí acompanha a crise do segundo governo de Vargas até o seu suicídio em 1954, seguindo o caos da política nacional até as vésperas do golpe militar. O agravamento da polarização política após a morte de Getúlio é minuciosamente ficcionalizada: a eleição de JK é recebida com resistência pelos conversadores de Antares, o populismo de Jânio Quadros geraria estranhamento entre coronéis e caudilhos. Tudo aparece no enredo: Jânio renuncia e, para engrossar a crise, João Goulart, o vice, estava em viagem na China; a expectativa da posse de Jango gera tensão; Brizola promove um movimento legalista; o parlamentarismo é a saída conciliatória que duraria “16 meses e foi um fracasso”. A narração vira um relato historiográfico até o plebiscito responsável pelo retorno ao presidencialismo: sobre esse pano de fundo transcorreria o incidente da sexta feira, 13 de dezembro de 1963. Nessas tantas remissões ao Brasil, como aparecia a noção de “história lenta”? Visitemos alguns dos conceitos interpretativos sintetizados na tipologia, aos quais o enredo faz remissão.

PATRIMONIALISMO E CORRUPÇÃO

Sabemos que em *Incidente em Antares* as ações de vários personagens são motivadas pelo poder: influência política, dominação de classe, subordinação das mulheres. É um modo personalista e patriarcal de ação, borrando as fronteiras entre o público e o privado. Ao longo das gerações, Vacarianos e Campolargos usariam a ingerência na máquina do Estado para preservar a estrutura patriarcal e oligárquica de mando; coronelismo, apadrinhamento, clientelismo e fraude eleitoral aparecem na narrativa.

É nesses termos que o conceito-chave de Faoro pode fertilizar a interpretação da obra de Veríssimo. Remissões ao patrimonialismo são nela recorrentes, explicando a própria fundação do município de Antares: “Graças aos bons ofícios e ao prestígio político de Anacleto, amigo de figurões do governo da província, Antares foi separada de São Borja, e elevada à categoria e sede de município, por Lei Provincial de 15 de maio de 1878” (VERÍSSIMO, 2016, p. 27). Dez anos depois, Xisto Vacariano se valeria das suas relações pessoais com o senador Pinheiro Machado para voltar a morar em Antares após o exílio imposto pelos Campolargo (vitoriosos na Revolução Federalista de finais do século XIX); para tanto intercederia o presidente do estado, Júlio de Castilhos, intimidando Benjamin Campolargo a conceder ao rival o direito ao retorno.

Na geração seguinte, Tibério Vacariano continuaria o patronato. Apoiador de Getúlio, no Rio de Janeiro ele aproveita “a oportunidade para conseguir com o chefe da nação bons empregos em repartições públicas federais para alguns de seus parentes e amigos” (VERÍSSIMO, 2006, p. 57), além de obter empréstimos no Banco do Brasil, autorizados por Getúlio, para comprar um apartamento na Avenida Atlântica. Ele usa empreendimentos públicos como oportunidades de negócio para seus parentes e amigos; tendo perdido o apoio do presidente, em 1951 ele usaria pela última vez o aparato estatal para promover negócios pessoais com um novo ator econômico: um empresário chinês. O “coronel” barganha com Chang Ling a instalação da sede de uma fábrica de óleos de soja e amendoim em Antares, oferecendo-lhe um terreno (de sua propriedade, a ser vendido ao chinês) e isenção tributária por cinco anos (garantida pelo prefeito, seu primo). Em troca pelos favores concedidos, o investidor se comprometeria a comprar integralmente a produção de soja de Tibério, que ainda receberia ações da sua empresa.

Assim Tibério tocava a sua vida política. Apenas por hipocrisia e ressentimento ele se tornaria opositor de JK: àquela altura, ele estava excluído do jogo. Dez anos antes ele coordenara o jogo patrimonialista na admissão do capital estrangeiro na industrialização do Brasil: para investir no país, o estrangeiro tinha que se adaptar ao patrimonialismo local. É certo que o populismo de Jânio Quadros e a presença, na narração, das noções de “subdesenvolvimento”, “Terceiro Mundo” e dependência (cultural e

econômica) indicavam uma mudança histórica em curso. Mas a instalação de multinacionais em Antares, que também sinalizava novos tempos, indicava, na mesma medida, a persistência do passado: Jefferson Monroe III, Jean-François Duplessis e Chang Ling, respectivamente os diretores do Frigorífico Pan-Americano, da Cia. Franco-Brasileira de Lãs e da Cia. De Óleos Comestíveis Sol do Pampa, tinham fácil acesso ao prefeito Vivaldino Brazão e outros líderes políticos locais, que eles beneficiavam diretamente e dos quais eles obtinham benefícios pessoais. Ou seja, várias mudanças recentes pressupunham e reforçavam a vocação patrimonial do Estado, revelando a persistência do passado – o imobilismo da história. Era como no comentário de Faoro, pelo qual o patrimonialismo

se amolda as transições, às mudanças, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, controle de crédito consumo, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia. (FAORO, 1975, p. 737)

Patrimonialista, Antares era o Brasil lampedusiano, em que as coisas mudavam continuando iguais.

CONSERVADORISMO MORAL E PARANOIA COMUNISTA

Dialogando com a sensibilidade política do presente da sua publicação, *Incidente em Antares* ficcionalizava a polarização entre a esquerda radical e o conservadorismo moral do *statu quo*. A partir de 1961 seria rápida a degradação do ambiente político, mitigando o espaço de negociação; em Antares como em todo lugar, a palavra “neutralidade” sumiria do vocabulário político.

Ilustra esse quadro a maneira como a equipe de pesquisadores da UFRGS seria recebida na cidade. De um lado do espectro político, um comunista levantaria suspeitas: “O projeto está sendo financiado pela Fundação Ford. Está claro que nesse negócio todo anda o dedo da CIA. Não devemos colaborar com esses lacaios do Departamento do Estado” (VERÍSSIMO, 2016, p.141). A paranoia se disseminava, pois do outro lado do espectro um manifesto faria este apelo:

Povo de Antares! Pais e mães de família! Alerta! Os inimigos estão já dentro de nossos muros! Protegei a vossa intimidade. Fechai as vossas portas e os vossos corações a esses forasteiros curiosos e indiscretos, agentes do comunismo internacional ateu e dissolvente. O prof. Martim Francisco Terra, o chefe dessa quadrilha vermelha disfarçada, está fichado no Dops, como marxista confesso. Defendamos a nossa crença em Deus, na Pátria, na Família e na Propriedade! Assinava esse apelo *Um Patriota*. (VERÍSSIMO, 2016, p. 141, grifo do autor)

As elites locais são caracterizadas, pois, pelo seu conservadorismo moral. A hipocrisia é geral, como seria denunciado no “auto” dos mortos. Mas antes de falecer, em sua conversa com o professor Martim Francisco a matriarca dos Campolargo, Dona Quitéria, falava das “indecências” da época e da dissolução dos costumes nos tempos modernos: a rebeldia dos jovens, a expansão da pornografia (em revistas, livros, filmes, peças de teatro), e assim por diante. Em resposta à situação, ela anunciava a criação de um grupo para conter o avanço da esquerda libertina chamado “Legionários da Cruz”, e cujo lema seria “Deus, Pátria e Família”, posteriormente acrescido da “Propriedade” pelo seu presidente de honra, Tibério Vacariano. Não poderia haver menção mais evidente ao movimento pela “Tradição, Família e Propriedade” de 1964, e remissão mais clara à censura atuante no momento de publicação da obra, quando canções, filmes, peças teatrais e obras literárias eram proibidas pela ofensa “à moral e aos bons costumes”. Em sua reação ao conflito, o romance recorria à ironia, ao humor e a sátira, sugerindo, talvez, que em 64 a conversa e a ponderação poderiam ter evitado o pior. Ao mesmo tempo situava no moralismo agressivo da elite política uma força importante de desaceleração da história.

TUDO MUDA PARA FICAR IGUAL: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL

“Estamos em uma democracia!”: é uma frase repetida diversas vezes, em momentos de crise, entre os líderes políticos de Antares – cuja tendência à solução autoritária, no entanto, é evidente. Os militares são a carta na manga das elites políticas: para eles a democracia tem um caráter meramente instrumental; ela não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de classe. Tais noções têm uma forte afinidade com a noção de “história lenta”.

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes indicava como o *statu quo* cooptava as forças sociais, fazendo da democracia institucional um instrumento da dominação estamental:

Essa situação fomentou um desequilíbrio persistente entre o comportamento político das elites no poder e os requisitos jurídico-políticos da ordem legal, instituída sob o modelo ideal de um Estado Nacional. A democracia não era condição geral da sociedade. Porém, necessidade e recurso de equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental. (FERNANDES, 2006, p.63-64).

Também Faoro sugeria que o autoritarismo fora constitutivo da nossa formação nacional, sendo por isso um recurso recorrente – com diferentes intensidades – do poder tradicional. *Incidente em Antares* confirmava essa condição, enquanto ironizava os seus apoiadores. Os oligarcas menosprezavam o Estado de Direito e se referiam ao sistema democrático

como “cafajestocracia” e “merdocracia”, no tipo de comportamento apontado por Florestan Fernandes e claramente representado, na obra de Veríssimo, neste trecho que se segue à renúncia de Jânio Quadros:

Tibério Vacariano estava perturbado. “Agora temos de engolir o Jango Goulart como presidente”, pensava. “É o fim da picada! É o fim da picada!” E repetindo essa frase ele atravessou a praça em diagonal e entrou na sede do diretório do PSD, onde só encontrou caras alarmadas e interrogativas. Um de seus correligionários disse: “Segundo a Constituição o Jango tem de assumir”. “A Constituição que vá pro diabo! Não podemos deixar o herdeiro do Getulio tomar de novo o poder!” Alguém falou em “legalidade” e Tibério, apalpando o revólver na cintura, disse por entre dentes: “A legalidade está aqui”. (VERÍSSIMO, 2016, p.127)

Companheiros legalistas do diretório do PSD alertariam o velho Vacariano sobre a incoerência da proposta. Referindo-se a Lionel Brizola e à possibilidade da derrubada de Jango por um golpe militar, um deles diria: “– Tenho horror a esse homem – explicou um deles – mas precisamos ser coerentes, Tibé. Quando nos convém, invocamos a Constituição. Quando não convém, estamos prontos a rasgá-la”. (VERÍSSIMO, 2016, p. 134). Distante desse comportamento, Dona Quitéria parecia consciente da sua própria condição, entendendo que era impossível barrar a mudança em curso: “sei que os tempos mudaram e que vão mudar ainda mais. As contradições estão liquidando aos poucos a nossa classe. (...) Dia virá que teremos de dividir nossas terras, eu sei.” (VERÍSSIMO, 2016, p. 191). A alusão era às “reformas de base” prometidas por João Goulart, envolvendo um projeto de reforma agrária: as coisas mudariam a partir de 1963, então?

Não: como tem sido discutido nesse artigo, a explicação da natureza das mudanças nacionais pelo pensamento social posterior a 1964 indicaria o viés conservador da nossa modernização, orientado para a preservação do *statu quo* tradicional. Pouco tempo antes, nas utopias desenvolvimentistas do ISEB o Brasil seria modernizado pela parceria produtiva entre intelectuais, industriais e políticos. Em meados da década seguinte, porém, essa promessa de integração nacional havia fracassado e Florestan Fernandes desenvolveria a sua interpretação das particularidades históricas (e pré-modernas) que determinavam o nosso “tempo social lento e reiterativo”, indicando que “os círculos sociais responsáveis pela preservação das estruturas sociais, na mesma escala, são igualmente responsáveis pela formação e consolidação da nova ordem social” (FERNANDES, 2006, p.75). Já nos anos 70, tendo retomado a segunda parte da obra após o seu afastamento da USP pela ditadura militar, Fernandes aprofundaria o seu pessimismo em relação ao futuro: quanto a sua percepção se aproximava do jogo entre o moderno e o arcaico em *Incidente em Antares*?

Vimos destacando que o imobilismo de Antares em seus processos de modernização, a resistência das suas elites à mudança, sugeriam

metonimicamente o poder de permanência das velhas estruturas sociais e políticas no Brasil. A ficcionalização da história ao longo do enredo enfatizava a lentidão dos nossos processos de mudança, como neste trecho: “a progressão social repousa essencialmente sobre a morte. Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”. (VERÍSSIMO, 2016, p. 312-313) Tomando o Rio Grande do Sul como metonímia do Brasil, a passagem vinha após a visão dos fantasmas da política gaúcha, representados nos quadros pendurados no gabinete do prefeito de Antares: do passado, Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos vigiavam o presente – e o prendiam a si.

Como isso funcionava, na prática? Uma estratégia, segundo os ensaios de interpretação nacional, era resolver os conflitos de forma conciliatória – preservando as posições tradicionais de mando –, e não pelo confronto que levaria à substituição dos agentes de poder. Outra estratégia seria a completa captura ou cooptação da sociedade civil pelo Estado, que amalgamava a si as expressões da diferença, impossibilitando que processos deliberativos envolvendo participação popular produzissem qualquer impacto real. Em *Incidente em Antares*, vemos esses dois modos de desaceleração da história em atuação.

O espírito conciliatório de Vargas e Jango, bem como as reuniões da cúpula social de Antares durante a greve, exemplificavam o mecanismo tradicional de solução conciliatória dos conflitos, chamada diversas vezes na obra de “tratado de paz”. Por sua vez, a crítica da ausência da participação popular é sugerida quando o narrador alerta que a História será contada apenas da perspectiva daqueles que a “fazem”, mas não daqueles que a “sofrem”. E no desfecho há uma terceira visão dos modos como o país costuma lidar com os seus conflitos e traumas: o apagamento intencional das memórias, representado pela Operação Borracha – pois uma maneira eficaz de equacionar um conflito é fazê-lo nunca ter acontecido. Mais enfaticamente que em qualquer outro lugar do enredo, aqui Veríssimo remetia diretamente ao presente da publicação de *Incidente em Antares*, identificando na ignorância voluntária da violência uma condição necessária para a euforia com o sucesso econômico do regime.

No impasse histórico de 1964, quando mais uma vez o novo parecia estar para chegar, Tibério prenunciava ainda um quarto tipo de resolução: a violência pura e simples. Da perspectiva da obra, esse modo de encaminhamento não seria mais autoritário que os demais, pois o triunfo dos conservadores pela violência do golpe aparece, na obra, como mais um retorno do mesmo, como tantas vezes acontecera ao longo do tempo:

— Não sejas bobo, menino. As minhas ideias são as minhas propriedades, o meu sossego, a minha vida, este crioulo, as coisas que sempre gostei de fazer e, acima de tudo, a minha liberdade. Não vou entregar nada do que é meu a esses comunistas de merda, declarados ou disfarçados.

— Haja o que houver — disse o velho, piscando um olho —, temos um trunfo escondido. — O Exército? — Adivinhou. Você não é tão burro como parece. — Mas já pensou, coronel, que um golpe do Exército pode levar o país tanto para a esquerda como para a direita? E não lhe ocorreu também que, uma vez no poder, os militares podem facilmente dissolver os partidos e alijar os políticos profissionais... e os coronéis de... de... quero dizer, os coronéis honorários, como o senhor? — As Forças Armadas, moço, um dia vão apertar os parafusos frouxos deste país. Precisamos, antes de mais nada, de ordem. (VERÍSSIMO, 2016, p.476)

O golpe não é descrito no romance: isso seria desnecessário. Apenas há menções ao novo governo e seus efeitos, a “revolução vitoriosa”, ao clima eufórico do milagre econômico sentido em Antares, e também no diálogo entre o professor Terra e Xisto Neto em que o professor acadêmico anuncia a sua saída do país como prevenção à perseguição pelo regime. A obra ficcionaliza o retorno do mesmo, do qual o golpe seria apenas mais um exemplo após aquele giro de 130 anos pela história: no enredo de Veríssimo, o peso das repetições do passado é o modo escolhido para denunciar o presente.

JUNTANDO OS CACOS

“História lenta” em *Incidente em Antares*, então? Ali encontramos conciliações promovidas pelo topo da hierarquia social, manifestações de autoritarismo, patrimonialismo, paternalismo e patriarcalismo, a coerção da sociedade civil e o abafamento da sua influência no rumo da história. A ficcionalização do tempo histórico é marcada pelo peso da tradição, pela resistência à mudança, pela modernização arcaizante, por fantasmas do passado a conduzir o futuro. Como metonímia do Brasil, a obra revolve a formação da nação para interpelar a sua aparente condenação à *stasis* – em sintonia, portanto, com a guinada dos ensaios de interpretação nacional pós-64. Para traçar a influência no presente das condições iniciais da nossa formação social, a obra voltava ao início do século XIX: o passado profundo não é evocado para sinalizar a sua diferença em relação ao presente; pelo contrário, o passado era resgatado para explicar o o presente, porque ele seguia vivo no presente.

“Eternas permanências”, a vitalidade das estruturas arcaicas: além de *Incidente em Antares*, o conceito de “história lenta” pode ser um recurso produtivo para a análise de outras obras publicadas desde então. Exemplos disso são: *A festa*, de Ivan Ângelo, *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, *Tocaia grande*, de Jorge Amado, *À mão esquerda*, de Fausto Wolff: todas elas giraram pelo passado para abordar o presente. “História lenta”, em todos eles? Sim, apostamos que seria produtivo mobilizar o conceito para analisá-las: assim como *Incidente em Antares* reagia às angústias do presente denunciando a imobilidade do tempo, essa presença fantasmática do passado

seria novamente acusada nas décadas seguintes – como ainda hoje acontece, afinal. Isso não é dizer que, em todas aquelas obras, o mesmo Brasil voltava do passado para assombrar o presente: são diferentes autores, diferentes momentos, diferentes visões do país. Em conjunto, porém, eles apresentam um “ar de família” que pode ser conceitualmente caracterizado pelo recurso ao pensamento social. Mesmo que os conceitos das ciências sociais sejam formulados para outras finalidades, eles não raro respondem a questões que também afligem os escritores, e por isso o conceito de “história lenta” não atuaria como um molde imposto aos textos literários, mas como um termo comparativo que ajudaria a salientar alguns dos seus componentes estruturais mais relevantes.

Por isso as perguntas prosseguem: é plausível estender a fertilidade do conceito de “história lenta” para a descrição de romances escritos não apenas na esteira do golpe de 1964, mas nas décadas que se lhe seguiram? A pesquisa continua...

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes. Vocação científica e compromisso de vida. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.310-323.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Edição revista e ampliada. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006 (1ª ed. 1975).

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Estética e crítica social em Incidente em Antares*. Florianópolis, UFSC, 1977.

KALBERG, STEPHEN. *Max Weber: uma introdução*. Tradução Vera Pereira – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. Editora Hucitec: São Paulo, 1994.

MORETTI, Franco. A alma e a harpia – reflexões sobre as metas e os métodos da historiografia literária. In: *Signos e estilos da modernidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 11-56.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista (1972)/O ornotorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (org). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STARLING, Heloísa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VERÍSSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 15 reimpresão, 2016.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. IN: Weber, Sociologia (col. Organizada por Gabriel Cohn). São Paulo: Ática, 2003, p. 79-127.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Recebido em 30.04.2019

Aceito em 27.09.2019